

GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 16, pp. 193 - 209 , 2004





## **PAÍSES DO LESTE EUROPEU: AS REFORMAS PARA UMA ECONOMIA DE MERCADO - O CASO DA HUNGRIA**

Regina Salvador\*

### **I - Introdução**

Desde a queda do Muro de Berlim (a 10 de Novembro de 1989) e a desintegração do COMECON (Maio de 1991) que os novos Estados da Europa Central, do Báltico, a Rússia e outros territórios da ex-URSS têm desenvolvido esforços hercúleos no sentido de orientarem as suas economias pelas leis do mercado e não mais pelo planeamento centralizado que as regeu durante décadas.

Nos primeiros anos, esta transformação económica foi acompanhada por uma profunda instabilidade nos preços e na produção. Porém, a implantação de programas de estabilização económica por parte do FMI e do Banco Mundial ajudaram alguns países, criando um ambiente propício à introdução de profundas reformas estruturais.

Mas os desafios ainda se mantêm enormes como o testemunham a situação económica e social de países como a Albânia, a Bulgária ou a Roménia (entre 1996 e 1997) ou a grave crise russa de 1998.

Desemprego, corrupção e criminalidade fazem ainda parte do dia-a-dia de grande parte destes "países em transição". E, em alguns deles, o nacionalismo descontrolado e a xenofobia, fenómenos até então controlados pelo comunismo, agravam ainda mais as profundas crises económicas e sociais.

Assim, a nova ordem política e económica ainda continua frágil em alguns países que adoptaram o modelo ocidental de economia de mercado, apesar de as reformas conducentes a este novo modelo estarem a ser implementadas, em menor ou menor grau, em todos os países em transição.

### **II – As reformas para a transição económica**

A transição económica dos países de economia centralizada constitui um processo histórico que implica profundas mudanças em quase todos os aspectos da sociedade. O seu principal objectivo é a adesão dos países, até então de planeamento económico centralizado, ao capitalismo: é a despolitização da economia, a activação dos mercados, a privatização da propriedade e dos meios de produção.

A maioria dos analistas da transição económica, nomeadamente Jeffrey Sachs, da Universidade de Harvard, propôs o "shock therapy model", uma receita para uma transição de sucesso que converge nos critérios objectivos que têm sido "impostos" pelas instituições de Bretton Woods:

1) Liberalização da actividade económica, dos preços e dos mercados, que permita a alocação dos recursos para a sua utilização mais eficiente;

---

\* Doutorada em "Espaço e Economia" pela Universidade Nova de Lisboa (1993) e em "Economic Development" pela University of London (1998). Professora associada com agregação da Universidade Nova de Lisboa, onde é responsável pelas cadeiras de "Teorias e Políticas de Desenvolvimento" e "Geeconomia da Europa" a nível de Licenciatura e "Organização Espacial das Sociedades" e "Políticas de Desenvolvimento", nível de Mestrado. "Visiting Professor" da Universidade de São Paulo (Brasil) e da "Catholic University of San Diego" (EUA). Conferencista do Instituto Superior Técnico (IST) no Mestrado em "Engenharia e Gestão da Tecnologia" e no Programa IMPACT (desenvolvido com a "University of Texas at Austin", EUA). E-mail: regleo@netcabo.pt



2) Estabilização proporcionada pelo desenvolvimento de instrumentos macroeconômicos orientados para a economia de mercado;

3) Descentralização da propriedade e privatização da actividade económica;

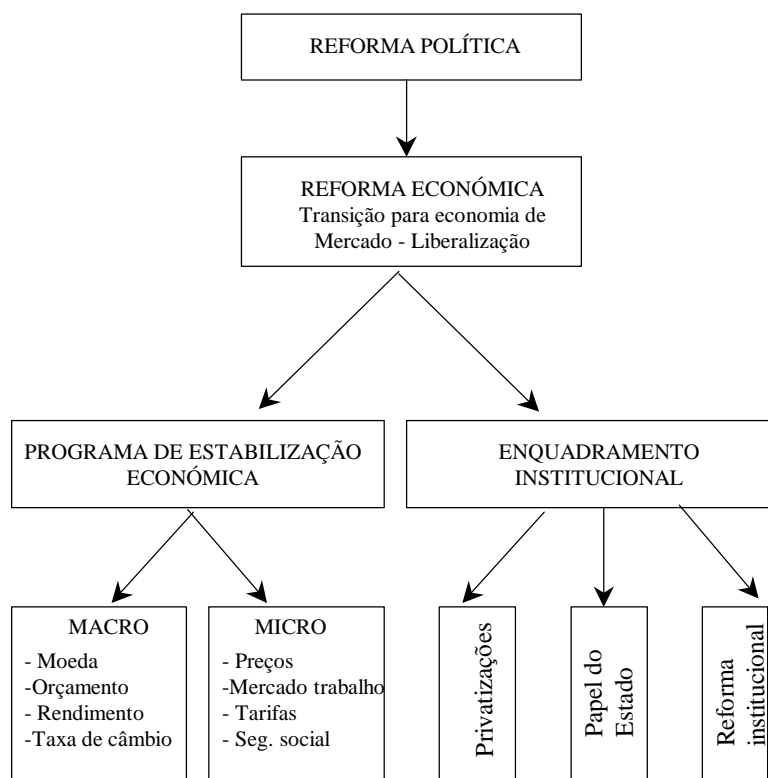
4) Desenvolvimento de um quadro legal e institucional que defenda os direitos de propriedade privada, balizado por uma reorientação do papel do Governo na economia.

Todos estes critérios objectivos, que se sintetizam na Figura 1, podem ser quantificados,

pois que a questão essencial na análise das várias experiências de transição é saber a partir de que ponto se pode considerar que a tão almejada economia de mercado foi (ou não) alcançada.

Por outro lado, estes critérios ou "ingredientes" têm em conta o grau de aplicação de políticas sistemáticas de liberalização dos preços, do comércio, dos mercados financeiros (incentivo ao investimento privado), de reformas fiscais e monetárias e de criação e consolidação de fortes instituições de apoio <sup>1</sup> .

**FIGURA 1** - Os "ingredientes" da transição económica



Europa Central, isto é, nos países com menor performance económica e índices de crescimento.

Alguns dos países em transição têm registado êxito na abertura das suas economias e na reorientação das exportações para os mercados internacionais. As exportações e os serviços têm sido os motores do crescimento das economias em transição. A produção aumentou mais nos países com maior crescimento médio das exportações, o que sugere que a abertura das economias e a promoção das exportações são importantes determinantes do crescimento.

Os países em transição têm registado êxito na abertura das suas economias e na reorientação das exportações para mercados internacionais. Vários países diversificaram rapidamente as exportações e alguns inverteram a tendência de queda do valor unitário das exportações de máquinas, o que indica que a qualidade dos seus produtos está a melhorar.

Alguns analistas defendem que seja qual for o ritmo da liberalização, o comércio externo e as transacções cambiais devem ser liberalizados mais lentamente do que os mercados internos, com o intuito de diminuir a queda inicial do emprego e da produção.

A liberalização rápida do comércio pode ser benéfica: a Estónia eliminou as barreiras à exportação, bem como as restrições quantitativas à importação, o que permitiu uma

## **II. 2. – A estabilização económic**

A lição menos controvertida e surpreendente da transição económica é a estabilização económica sustentada (entre outros factores no controlo da inflação, o incentivo à poupança e ao investimento fundamental).

As economias em transição enfrentaram, em geral, graves problemas com a implementação dos programas de estabilização impostos pelo FMI. Um destes problemas consistiu na determinação do tipo de taxa de câmbio (fixa ou flexível) que se deve utilizar na redução da inflação e dos custos da transição.

As várias experiências de transição demonstraram que, tanto as taxas de câmbio fixas (caso da Croácia, Estónia, Hungria e Polónia no início da transição) como as taxas de câmbio flexíveis (Albânia, Eslovénia, República da Moldávia) permitem alcançar consideravelmente a estabilização económica.

No início do processo de transição, as taxas de câmbio fixas constituíram um instrumento válido da política de estabilização. A troca automática de divisas por moeda nacional a uma taxa de câmbio fixa permite que os balanços económicos reponham mais rápida e facilmente os seus saldos reais. Todavia, com o avanço da liberalização, as taxas de câmbio flexíveis revelam-se mais eficientes na redução da inflação e na estabilização económica.

ausência de proprietários “fortes”. Tal situação tem conduzido a que alguns mutuários, perante a subida das taxas de juros, não reduzam o crédito mas aumentem cada vez mais o seu endividamento. Este endividamento crescente origina juros reais muito altos, o que poderá originar graves crises financeiras.

Assim, um dos aspectos cruciais da estabilização é a necessidade de resolução do problema da insolvência dos bancos e das empresas, acompanhada da intensificação da eficiência e da concorrência dos mercados financeiros e da intermediação financeira. Assim se justifica que em diversos países em transição se verifique a exclusão dos leilões de crédito das instituições bancárias mais instáveis.

Neste contexto, a reforma do sector financeiro é fundamental para a promoção do crescimento, permitindo o reforço da intermediação financeira e o aumento da eficiência na alocação dos recursos financeiros.

Porém, na maior parte dos países em transição a criação de um sistema bancário competitivo e aberto às instituições financeiras estrangeiras encontra-se ainda numa fase muito incipiente.

Outro aspecto da estabilização económica é, como referimos, o incentivo à poupança interna dos agentes económicos como forma de aumentar o investimento interno, essencial na transição, já que o investimento estrangeiro

Os países em transição e incipiente têm ainda pela frente a árdua tarefa de salvar as suas economias da instabilidade económica e do controlo estatal que continua a dificultar a transição.

É assim necessário encontrar e implementar políticas macroeconómicas eficazes, de modo a permitir o crescimento económico sustentável seja através de taxas de câmbio fixas e flexíveis, de taxas de juros baixas e da solução das instituições bancárias.

### **II.3 – A descentralização da propriedade e a privatização da actividade económica**

A descentralização da propriedade e a privatização da actividade económica foi/é outra reforma necessária.

Diversos autores citam Adam Smith na sua obra “An Enquiry into the Wealth of Nations” (publicada em 1776), para demonstrar a validade da ideia de “privatização” estava já presente no pensamento económico clássico, embora sem aplicação que viria a ter dois séculos mais tarde.

Para Adam Smith, a venda de terra para a Coroa libertaria dinheiro que, ao ser utilizado no pagamento da dívida pública, aumentaria os rendimentos. Por outro lado, os terrenos agrícolas ao se tornarem propriedade privada passariam a ser melhor explorados.

Vários estudos desenvolvidos, em diversos países desenvolvidos com economia de mercado consolidadas quer em países:

públicas (em França, por exemplo) que se revelam mais produtivas do que muitas empresas que se renderam ao capitalismo "selvagem".

Por outro lado, em todas as economias em transição a privatização estimula a criação de instituições fundamentais: é o caso dos mercados de capitais, de sistemas jurídicos liberais ou de profissões relacionadas com a actividade empresarial. Como diz Lombardini, "the conditions must be created for both more efficient markets and a more efficient state: privatisation is only one of the structural changes required" (1992:117).

Os direitos de propriedade constituem assim a alma da estrutura de incentivos da economia de mercado.

No modelo de planeamento centralizado, as empresas estavam protegidas da concorrência e funcionavam segundo a "economia de escassez" onde tudo o que produziam era rapidamente tragado pelos consumidores.

Com a transição económica, passou-se de um regime baseado nas transferências e nos subsídios para um novo sistema, baseado no risco, na disciplina financeira e na procura do lucro.

A transição exige reformas eficazes que permitam a disciplina fiscal e favoreçam a concorrência, a entrada de novas empresas e o encerramento de empresas que não sejam

exemplo, na Rússia a maioria das que o Estado foi privatizada mediante a sua criação em grandes sociedades anónimas, apesar de esta não ser a forma de propriedade mais eficiente para a agricultura. Neste momento estima-se que cerca de 16 biliões de dólares (equivalente a 80% do PIB), é desviado para o mercado informal e continuam a ocorrer rendas para determinadas elites (*rentiers*).

Por outro lado, a privatização de pequenas empresas de pequena dimensão mostra-se muito mais fácil que a das grandes empresas. A maioria das empresas de pequena dimensão dedica-se ao comércio e aos serviços, a actividades de tecnologia simples e de baixo custo de acesso, enquanto que as de grande dimensão enfrentam obstáculos relacionados com o grande volume de capital, a necessidade de reestruturação profunda e as deficiências das áreas da regulamentação e da gestão.

Entre os sectores onde as privatizações têm sido proteladas por mais tempo, se, evidentemente, os serviços públicos de estruturas (electricidade, telecomunicações, gás natural, oleodutos, abastecimento de água, portos e aeroportos). A privatização destes sectores apresenta problemas específicos: as empresas são de grande porte, de grande intensidade de capital e, muitas vezes, são consideradas estratégicas do ponto de vista da Defesa Nacional.

instituições necessitam de ser acompanhadas por um Estado forte que assuma um novo papel estratégico na economia. O Estado é imprescindível na transição - "the efficiency of markets depends to a large extent on the efficiency of certain services provided by the state" (Lombardini, 1992: 118) – e a credibilidade do seu empenho reformador é crucial.

O Estado deve ditar as regras do jogo da economia de mercado, nomeadamente em sectores estratégicos como a segurança social e o direito de concorrência. O papel do Estado na economia assume-se assim numa óptica de complementaridade.

Por outro lado, a criação de um quadro institucional eficiente, onde impere a abertura ao exterior e a transparência, é a chave do sucesso para uma das reformas estruturais – a privatização. De facto, "to perform their tasks, governments in market economies need some well-developed institutions run by competent individuals and guided by appropriate incentives" (Idem: 118).

O fim das regulamentações discriminatórias do Estado e a criação de instituições eficientes reduzem o risco, criam um ambiente favorável ao investimento e fomentam a iniciativa privada.

Por outras palavras, a criação de um "market-friendly environment" encoraja a poupança, o investimento privado, o crescimento

do respeito pela propriedade privada e a promoção de um enquadramento institucional favorável.

### **III – Balanço de uma década de transição a economia de mercado**

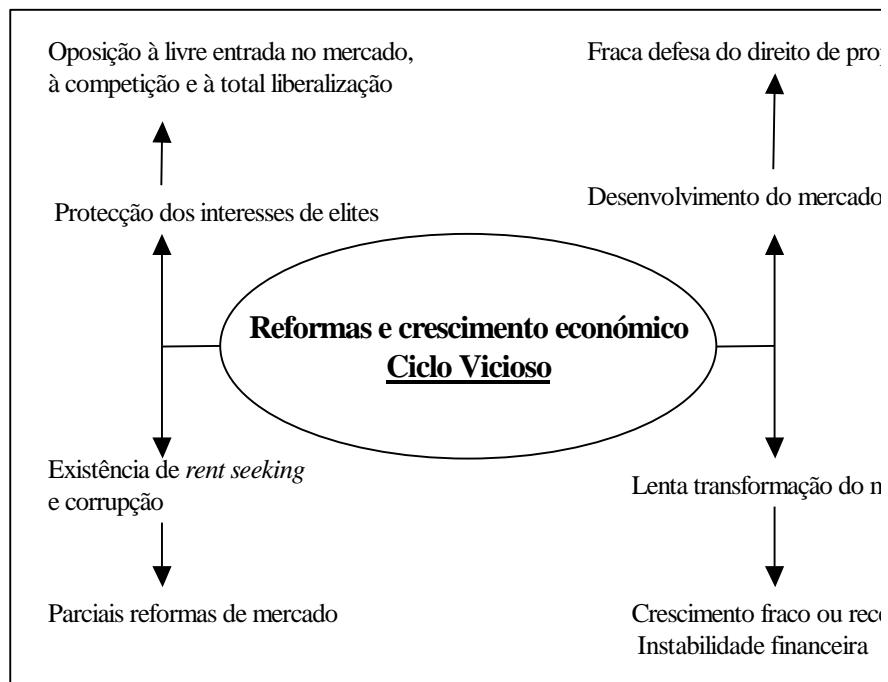
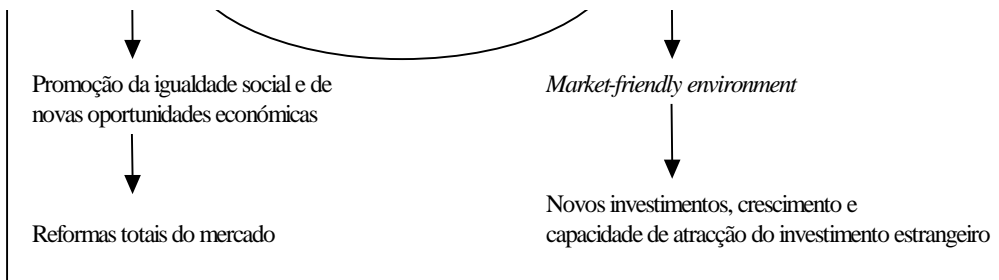
#### **III.1 – A heterogeneidade e adaptação às novas regras do jogo**

A nova ordem (ou desordem?) é frágil e incipiente em alguns países do Europeu.

A própria composição interna dos territórios pós-comunistas representa "puzzle" de difícil ordenação, com distorções e peças de natureza étnica, religiosa, social e económica.

Verificamos que os países mais próximos da Europa Ocidental e com maior experiência de democracia política e económica (destaque para a Hungria e Polónia), revelaram uma maior capacidade de adaptação às novas "regras do jogo". O mesmo podemos dizer dos países geograficamente mais distantes da Europa Ocidental: neste caso, os efeitos do planeamento centralizado são profundos (para além de séculos de feudalismo ou de "despotismo asiático").

Segundo o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD), em 1999, o PIB da ex-URSS foi cerca de 65% do PIB de 1989.



Adaptado de:  
Havrylyshyn  
(1999).



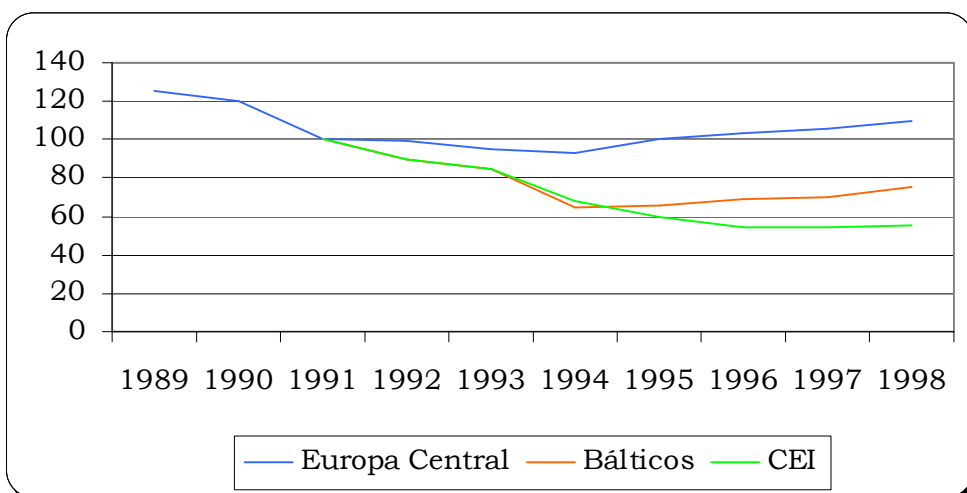
“capitalismo selvagem”, em todo o seu esplendor: crime, corrupção, falta de estabilidade económica, crise social e rent seeking...

No início da transição, países como a Albânia, a Bulgária ou a Roménia registaram um período de crescimento, que durou entre 3 e 5 anos, para mais tarde entrarem em profunda recessão, dada a ausência de importantes reformas estruturais. Países como a Rússia, a

justifica que este país seja o favorito Professor Jeffrey Sachs, o famoso economista neoliberal da New York University, recomenda desde o início da transição “terapia de choque” para os países comunistas.

Todavia, mesmo para os exemplares da Europa Central – Polónia, Hungria –, o percurso para uma transição

**FIGURA 3** - Crescimento nos países em transição (1991=100)



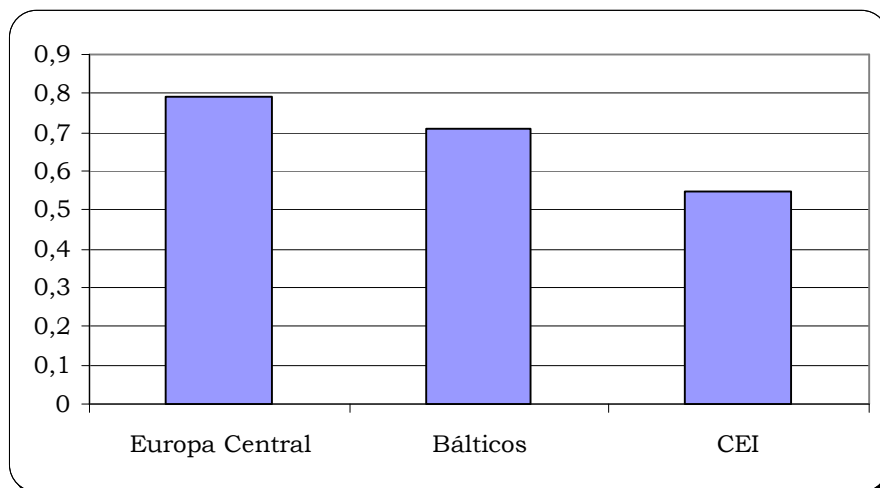
Fonte: EBRD (1999).

registado nos países que conseguiram a estabilização económica, nomeadamente através do controlo da inflação.

Alguns países não registam sucesso nas reformas da transição dadas as desfavoráveis condições iniciais (caso do sistema industrial do período de planeamento centralizado). Com efeito, são em parte as favoráveis condições iniciais que explicam o bom caminho para a transição seguido pelos países da Europa

A transição económica tem sido acompanhada por um rápido e persistente aumento das desigualdades sociais. Segundo as estimativas da OCDE, a desigualdade social na Europa de Leste, no Báltico, na Rússia e em outros territórios da ex-URSS aumentou consideravelmente: em menos de 10 anos, o coeficiente de Gini aumentou de 25-28 para 38<sup>5</sup>.

**FIGURA 4 - Índice de Liberalização Económica (em 1997)**



Fonte: Tanzi (1999).



O padrão de vida na maioria dos países em transição caiu nas etapas iniciais da reforma: o emprego reduziu-se e o desemprego aumentou, sobretudo nos países pertencentes à CEI, onde o ajustamento do mercado de trabalho foi feito através de demissões e onde as novas empresas privadas não foram capazes de assimilar todos os activos oriundos das empresas estatais.

Neste contexto, um aspecto importante da transição é a tentativa de resposta à seguinte questão: no geral, as populações sujeitas a um processo de transição económica estão ou não a viver melhor do que antes?

A forma em que os indivíduos foram envolvidos no processo de transição e os benefícios que daí podem retirar são fundamentais para que se alcance o referido ciclo virtuoso, logo uma transição bem sucedida.

O relatório do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) de 2001 defende que o alívio da pobreza, o capital humano e a sua adaptação às necessidades dos mecanismos de mercado são fundamentais para o crescimento sustentado, o desempenho económico e a promoção da sustentabilidade política e da justiça social ou equidade.

Contudo, é óbvio que as etapas iniciais da transição acarretam custos sociais elevados – é o princípio do *"no pain no gain"* da transição.

De facto, no início da transição, verifica-se um agravamento das disparidades em

as redes de protecção social e aliviar a

É decisiva a criação de um sistema justo de distribuição dos rendimentos e riqueza.

Apesar de a pobreza ter aumentado nos primeiros momentos da transição, não se conseguiu estabilizar nos países que retomaram o crescimento.

Se considerarmos a variedade muito maior de produtos (sobretudo importados) e de consumo duráveis de alta qualidade disponível às populações, com o desenvolvimento da economia de escassez, podemos afirmar que o bem-estar das populações sujeitas à transição económica tem aumentado.

Por outro lado, através da liberalização económica e da descentralização da propriedade, os indivíduos podem aumentar a riqueza pessoal através de cupons, acções em empresas, pequenas empresas, terras e habitações.

A maior parte dos analistas da transição é portanto unânime em afirmar que, a longo prazo, a única forma de combater a pobreza é o fomento do crescimento económico através da introdução e consolidação de reformas favoráveis às forças do mercado.

#### **IV - O caminho que ainda falta percorrer**

As experiências de transição para a economia de mercado que duram, há

Todavia, pelo exposto conclui-se que ainda resta um longo caminho a percorrer para que o sucesso da transição seja efectivado na maior parte dos países de Leste.

Cinco obstáculos fundamentais continuam a ameaçar a transição de alguns países, sobretudo os do antigo bloco soviético:

1) O falhanço na construção das novas Nações, o que tem conduzido ao caos (exemplos da região do Cáucaso);

2) A dificuldade de acompanhamento, por parte de alguns países, da estabilização económica e consequentes ciclos de persistente inflação e desemprego elevados;

3) A insuficiente liberalização e privatização e, conseqüentemente, a corrupção, o crime, o *rent seeking* ou o *crony capitalism*;

4) O crescimento excepcional da economia informal, que incentiva a corrupção e enfraquece a credibilidade do mercado formal e das instituições públicas, impedindo o desenvolvimento do sector privado aberto e formal;

5) O desaparecimento repentino das instituições do planeamento centralizado, sem que antes tenham surgido instituições de mercado (por exemplo, diversos países desfizeram-se dos velhos sistemas de crédito agrícola e distribuição da produção sem criarem novos sistemas baseados no mercado).

Letónia e a Estónia.

Países como a Eslováquia, a Lituânia, Roménia e a Bulgária precisam ainda de grandes esforços para se possam inserir chamadas economias de mercado funcion

Todavia, mesmo a Polónia, foi obrigada a realizar algumas reformas, nos sectores agrícola e mineiro, nomeadamente.

A aposta na superação dos obstáculos à transição e a implementação das reformas: descrevemos no início deste capítulo, ajudando os países em transição do Leste Europeu e futuros membros da União Europeia a corrigir as deficiências e desequilíbrios herdados do planeamento centralizado e a encontrar um caminho certo do crescimento seguro, rápido e sustentado.

A escolha exacta deste caminho depende dos objectivos, do empenho e da consciência das limitações de cada país...

## **V – O Caso da Hungria**

### **V. 1. – Enquadramento Geográfico e Breve Resenha Histórica**

A Hungria é um país localizado na Europa Central, sem ligação com o mar. Faz fronteira com sete países: Eslováquia a norte, Ucrânia a nordeste, Roménia a leste, Croácia e Jugoslávia (Sérvia e Montenegro) a sul, Eslovénia a sudoeste.

Aproximadamente 20% da superfície húngara, correspondente a áreas montanhosas, é coberta por florestas de caducifólias. No restante território predomina a actividade agrícola e as pastagens.

Crescimento com 60,6% da população em aglomerados urbanos, em 1998. A Budapeste, concentra cerca de 18, habitantes do país.

A Hungria é um país que aprese

**FIGURA 1 - CENTRO DE BUDAPESTE**



Em 1699, grande parte da Hungria é incorporada no império dos Habsburgos. Em 1849, após a eclosão de uma revolta que pretendia alcançar a independência, o Império dos Habsburgos torna-se numa monarquia dualista (Áustria-Hungria); em 1867, a Hungria obtém um estatuto em tudo semelhante ao da Áustria.

A derrota na I Guerra Mundial leva à queda do Império e à proclamação da República da Hungria, que perde cerca de dois terços do seu território e metade da população.

A Hungria entra na II Guerra Mundial ao lado da Alemanha Nazi na tentativa de recuperar os territórios perdidos. Em 1945 é invadida pelo Exército Vermelho e, em 1949, é instalado um governo comunista.

Em 1989 as eleições livres estabelecem um governo democrático e inicia-se o processo de transformação política e económica.

## **V.2 - A Transição Económica**

A Hungria é normalmente apontada como o país que melhor efectuou a transição de uma economia de planeamento centralizado para uma economia de mercado.

Já em 1968 tinham sido adoptadas algumas medidas orientadas para o mercado, que ficaram conhecidas por "*Novo Mecanismo Económico*". Apesar da natural timidez de tais medidas, os anos 60 e 70 foram um período de

produção agrícola e de bens de consumo.

Ainda que a Hungria tenha sido o primeiro PECO a realizar reformas viradas para o mercado, o que é facto é que a economia manteve controlada pelo Estado e por cooperativas, até finais dos anos 80. Era o conteúdo do estatuto da propriedade e das grandes decisões económicas, como a afectação de recursos, a concessão de crédito e de subsídios ou a origem das importações, que mantiveram sob firme domínio estatal.

Apesar do crescente dinamismo do sector privado, apenas em Março de 1990, após a derrota dos comunistas nas eleições, é que a Hungria conseguiu criar condições políticas para caminhar definitivamente para uma economia de mercado. Rapidamente foram tomadas medidas no sentido de liberalizar o comércio exterior, baixar preços, o investimento externo e iniciar o processo das privatizações.

No período compreendido entre 1989 e 1994 a transição para o mercado foi marcada pelo crescimento negativo do Produto Interno Bruto (PIB). Esta situação surgiu da combinação das reformas económicas com o colapso do bloco COMECON<sup>4</sup>; contudo, a recessão económica foi menor do que na generalidade dos PECO. O melhor comportamento da economia húngara face às suas congéneres do Leste europeu deveu-se, em grande parte, à já referida introdução de mecanismos de mercado (a partir de 1968), que facilitaram a reestruturação

O processo das privatizações, iniciado na primeira metade da década de 90, está praticamente terminado. O ritmo de privatizações foi elevado, passando de 1858 empresas estatais em 1990, para apenas 3 em 1999. Foi transferido para o sector privado grande parte da actividade económica do Estado, nomeadamente sectores estratégicos como a banca, as telecomunicações e a energia.

O diploma legal que dinamizou o processo das privatizações, pelo que ficou conhecido como "Lei das Privatizações", data de 1992 e foi modificado em 1995. Este diploma foi ainda sujeito a algumas alterações em Julho de 1997, entre as quais se destacam, a redução da participação máxima do Estado para 25% mais um voto ou para uma "golden share", com direitos preferenciais de voto.

Com esta medida, procurou-se estimular a reestruturação económica, modificar a organização empresarial, desenvolver a aquisição de "saber-fazer" e a aprendizagem de novas técnicas de gestão e vendas, fomentar o mercado de capitais e reforçar o papel dos investidores estrangeiros nas empresas húngaras. De referir ainda a importância do papel assumido pelo encaixe financeiro decorrente das privatizações na redução da dívida externa.

Em 1995, foi recriada a *Agência Húngara de Privatização e Gestão do Património e Gestão do Estado* (ÁPV Rt.), através da criação de uma sociedade anónima responsável pela gestão,

representava 02,2% do Produto Nacional (PNB).

Dados de 2000 indicam um PIB *ppp* em PPC (Paridades de Poder de Compra) o terceiro mais alto de entre os PECO, Eslovénia e da República Checa.

Em 1996, a Hungria aderiu à OCE. Em Março de 1999 à NATO, prevendo-se em Maio de 2004, se torne membro de pleno da União Europeia.

## HUNGRIA





nde parte do país caiu sob

ngria aos Habsburgos  
ria contida e Áustria.

administrativa sob o regime  
o movimento de  
ulação de Világos).  
aro e proclamação da

o território da Hungria para  
da Eslováquia, da Ucrânia  
ânia.  
que conduz à devastação

lar.

a gradual transição política

ociação com a UE.  
1 chega ao poder.

ngria à UE.

e milhões de USD  
9): 7 800 dólares

B): 5 % (agr.)  
30 % (ind.)  
65 % (serv.)

10 %

, PIB): 49,8 %

o PIB): 52,4 %

%

#### GEOGRAFIA:

- Capital: Budapeste
- Área: 93 030 Km<sup>2</sup>
- Fronteira Terrestre: 2 009 Km
- Linha de costa: 0 Km

#### EDUCAÇÃO:

- Taxa de alfabetização adultos (1998 - %): 99,3 %
- Despesa Pública Educação (1998 - % despesa pública total): 4,3 %
- Índice da Educação (1998): 0,91

#### DESENVOLVIMENTO HUMANO:

- IDH (1998): 0,817 (país de IDH elevado)
- Posição ranking IDH (1998): 43 num total 174 países
- População abaixo linha pobreza (1998 - % população com menos 4 USD por dia): 4 %

#### POPULAÇÃO:

- População Total (est. Julho 2000): 10 130 044 hab
- Cres. médio anual população (est. 2000 - %): -0,33 %
- População Urbana (1998 - em % do total): 66,6 %
- Taxa Natalidade (est. 2000 - ‰): 9,26 ‰
- Taxa Mortalidade (est. 2000 - ‰): 13,34 ‰
- Taxa Mortalidade Infantil (est. 2000 - ‰): 9,15 ‰
- Esperança Média Vida (est. 2000): 71,37 anos

Fontes estatísticas: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano 2000. CIA, The World Factbook 2000

eficiência produtiva).

- <sup>3</sup> A descentralização da propriedade pode ser vista como uma fonte de saneamento financeiro, através da entrada de dinheiro dos cofres do Estado.
- <sup>4</sup> O “capitalismo popular” relaciona-se com a implementação de um sistema, dentro de uma economia de mercado livre, segundo o qual a

URSS e pelos seus satélites da Europa Oriental, constituía um bloco económico como resposta ao *Plano Marshall* e à objectivo desta instituição era, a prazo, a integração total das economias dos Membros, nomeadamente recorrendo à *Internacional do Trabalho* (DIT). Foi em Junho de 1991.

## Bibliografia

BRUSZT, L. “The Russian Lesson: A Market Economy Needs an Effective State”. In: *Transition Newsletter*, May-July 2000, The World Bank Group/The William Davidson Institute, Stockholm, 2000, pp. 20-22.

BUITER, W. “Challenges of the Second Transition Decade in Russia”. In *Transition Newsletter*, August-October 2000, The World Bank Group/The William Davidson Institute, Stockholm, 2000, pp. 24-26.

COLLINS, P. *Ideology After the Fall of Communism – The Triumph of Liberal Democracy?*, Boyars/Bowerdean, London, 1992, pp. 135.

COMISSÃO EUROPEIA. *Agenda 2000: Parecer da Comissão relativo ao pedido de adesão da Hungria à União Europeia*, Boletim da União Europeia – Suplementa 2/99, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 2000.

EBRD. *Transition Report 2001*, Ex Summary, London, 2001, pp. 8.

EBRD. *Transition Report 2000*, Ex Summary, London, 2000, pp. 6.

GOMULKA, S. “Ten Years in Retrospect: of Successful Macroeconomic Policy”. In *Transition Newsletter*, August-October 2000, The World Bank Group/The William Davidson Institute, Stockholm, 2000, pp.15-19.

HAVRYLYSHYN, O. “Determinants of Growth in Transition Countries”. In: *Finance & Development* – a Quarterly Magazine of the IMF, June 1999, Volume 36, Number 2, 1999, pp. 1-5.

ICEP. *Hungria: um país, um mercado*, 1999.

KONTLER, László. *Millennium in Central and Eastern Europe: A History of Hungary*, Atlantis Publishing, Budapest, 1992.



